

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.906 - SP (2019/0301321-0)

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**RECORRENTE** : ANDREA VANESSA COSTA (PRESO)  
**ADVOGADOS** : MAURÍCIO VASQUES DE CAMPOS ARAÚJO - SP163168  
LUCAS ANDREUCCI DA VEIGA - SP329792  
OTAVIO SAVAZONI - SP406589  
MARIA FERNANDA FERNANDES SIKORSKI - PR093232  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por ANDREA VANESSA COSTA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que denegou a ordem no julgamento do HC n. 2112494-07.2019.8.26.0000, nos termos da seguinte ementa:

*Habeas corpus. INCÊNDIOS EM PRÉDIOS PÚBLICOS EM CONTINUIDADE DELITIVA. Alegada ausência de audiência de custódia. Conquanto decorrente de prisão em flagrante em outro feito, a paciente foi submetida à audiência de custódia, na qual foi reconhecida a Inexistência de ilegalidade no cumprimento de sua prisão. Pretendida revogação da prisão preventiva. Inadmissibilidade. Necessidade para a garantia da ordem pública. Paciente acusada de ter atirado artefatos explosivos "Coquetéis Molotov" contra a Diretoria de Ensino e uma Escola Estadual de Mauá em continuidade delitiva, havendo indícios de propensão à recidiva e de que ela padeça de doença psiquiátrica, denotando periculosidade e a potencialidade de risco à integridade física e à vida dos funcionários e alunos, além de ter sido apreendido um revólver calibre 38 e 05 munições em sua residência. Decisões que decretou a prisão preventiva e indeferiu o pedido de revogação fundamentadas. Aplicação de medidas cautelares alternativas que se afigura insuficiente.*

*Constrangimento ilegal não configurado. Ordem denegada.*

Noticia a defesa que a recorrente, presa em flagrante, e convertida a custódia em preventiva, foi denunciada pela suposta prática do crime previsto no artigo 250, parágrafo 1º, alínea "b", por três vezes, na forma do artigo 71, todos do Código Penal. Afirma que foi instaurado incidente de

# Superior Tribunal de Justiça

insanidade mental, a requerimento do *Parquet*.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, cuja ordem, como antes relatado, foi denegada, nos termos do acórdão de e-STJ fls. 52/57. Esta é a decisão recorrida.

Na presente irresignação (e-STJ fls. 61/78), a defesa suscita a nulidade do procedimento porque não foi realizada a audiência de custódia em relação à prisão preventiva pela prática dos crimes de incêndio; houve audiência apenas acerca do crime de posse ilegal de arma de fogo (na qual foi concedida liberdade provisória). Afirmar que a recorrente padece de graves problemas psiquiátricos e inclusive, no incidente de insanidade, já lhe foi nomeado curador provisório.

Alega, ainda, a violação do princípio constitucional da motivação (artigo 93, inciso IX, da CF) diante de ilegalidade da decisão que decretou a prisão preventiva da recorrente, que teria se baseado na gravidade abstrata do crime, sem, contudo, apresentar individualização da conduta da recorrente, que é primária, portadora de bons antecedentes, possui residência fixa e ocupação lícita.

Sustenta estarem ausentes da espécie os requisitos autorizadores da prisão preventiva, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, notadamente porque não se pode falar em periculosidade presumida. Nesse contexto, afirma ser legítima a substituição da prisão por outras medidas cautelares.

Pugna, liminarmente e no mérito, pela revogação da prisão preventiva da recorrente, com a expedição do alvará de soltura, a fim de que ela possa responder ao processo em liberdade e buscar tratamento adequado.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que

# Superior Tribunal de Justiça

visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos e das informações a serem prestadas pela origem para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Primeiro porque já foi instaurado incidente de insanidade mental perante o Juízo processante e segundo porque, ao manter a prisão preventiva da recorrente, o Tribunal local considerou o *modus operandi* do delito para motivar a necessidade da medida extrema. Confira-se, no que interessa (e-STJ fls. 54 e ss.):

## 2) Denego a ordem impetrada.

*Consta que a paciente exerce a profissão de professora e, com o objetivo de ministrar aulas, realizou inscrição para ingresso no quadro de docentes eventuais de escolas da rede pública estadual de ensino situadas na cidade de Mauá. ANDRÉA, porém, foi reprovada na inspeção médica por motivos psiquiátricos. Ainda assim, no dia 13/05/2019, pela manhã, compareceu a uma das escolas em que havia solicitado inscrição e tentou convencer a respectiva Diretoria, Sra. Kátia Rosana Azevedo Novais Darcolete, de que teria condições de lecionar, sem, no entanto, obter sucesso. Inconformada com a negativa, por volta das 13h00, a paciente se dirigiu ao edifício sede da Diretoria de Ensino de Mauá, munida com o artefato incendiário conhecido como "Coquetel Molotov" (composto de uma garrafa contendo substância inflamável e de um tecido embebido no mesmo líquido atuando como pavio). Ao chegar ao local, acendeu o pavio e atirou a garrafa, que bateu sobre o veículo oficial Ford/Fiesta, placas DJL-6782, ricocheteou e quebrou, lançando chamas sobre uma parede do edifício público, provocando incêndio, posteriormente contido por um servidor com uso de extintor. Em seguida, por volta das 14h00, de posse de artefato similar, dirigiu-se ao estacionamento da Escola Estadual Mercedes Valentina Giannocario, acendeu o pavio e atirou a garrafa contra os veículos que ali estavam*

# Superior Tribunal de Justiça

estacionados, incendiando parte do automóvel VW/Fox, placas FGF-7385, pertencente à servidora Martinez de Oliveira, sendo que funcionários da escola conseguiram conter as chamas com uso do extintor do próprio carro.

Não satisfeita, por volta das 18h25min, a paciente retornou à sede da Diretoria de Ensino e atirou novo "Coquetel Molotov" contra a repartição, vindo, com a ação, a quebrar a porta de vidro da entrada superior do prédio e provocar novo incêndio, que acabou se extinguindo minutos depois, sem intervenção de qualquer pessoa.

Diante disso, ANDRÉA foi denunciada, **por três vezes, no art. 250, § 1º, b, na forma do art. 71, caput, do CP** (fls. 114/116 na origem).

Pois bem.

Extrai-se do Relatório de Investigação (fls. 18 na origem) que, diversamente do alegado, policiais civis se dirigiram à residência da paciente por duas vezes a fim de localizá-la para prestar esclarecimentos, sem obterem êxito.

Ato contínuo, a Autoridade Policial representou pela expedição de **mandados de busca e apreensão e prisão preventiva**, os quais foram deferidos e devidamente cumpridos, ocasião em que a paciente também foi presa em flagrante guardando um revólver, calibre 38, marca Taurus, com numeração raspada e 05 cartuchos íntegros do mesmo calibre, além de terem sido encontrados em sua residência objetos usados para a fabricação do artefato incendiário "Coquetel Molotov", consistentes em garrafas de vidro e querosene, bem como uma porção de maconha (4g), tendo sido conduzida à **Audiência de Custódia do Plantão Judiciário da Comarca de Santo André** e concedida a liberdade provisória mediante cumprimento de medidas cautelares alternativas e expedido **alvará de soltura**, o qual foi cumprido com **impedimento** em razão da prisão preventiva ora em análise (fls. 19/32 na origem e 29/32 do inquérito nº 1501004-66.2019.8.26.0540 relativo ao delito de posse de arma de fogo e munições de uso restrito).

Dessa forma, conquanto decorrente de prisão em flagrante em outros autos, a paciente foi submetida à audiência de custódia, na qual foi reconhecida a inexistência de qualquer ilegalidade no cumprimento de sua prisão, não havendo que se falar, portanto, em nova submissão ao ato.

No mais, a despeito do alegado, a decisão proferida em 15/05/2019 que **decretou a prisão preventiva** foi fundamentada na imprescindibilidade da custódia para a garantia da **ordem pública**, consignando que a paciente: "por aparentes problemas psicológicos, com uso de artefato incendiário, causou danos à

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Diretoria de Ensino de uma escola estadual, por não conseguir atribuição de aulas. Além disso, lançou artefato no estacionamento dos funcionários e ameaçou retornar com arma de fogo" (fls. 21/22 dos autos de nº 1501081-69.2019.8.26.0348), sendo indeferido o pedido de revogação da custódia pelos mesmos motivos (fls. 213/214 na origem).*

*Com efeito, embora primária, a paciente está sendo acusada de, em tese, ter lançado os referidos artefatos explosivos contra a Diretoria de Ensino e uma Escola Estadual em continuidade delitiva, havendo indícios de propensão à recidiva e de que ela padeça de doença psiquiátrica', denotando periculosidade e a potencialidade de risco à integridade física e à vida dos funcionários e alunos da escola, não se olvidando que ela supostamente disse que: "retornaria na diretoria de ensino portando uma arma de fogo e iria resolver o problema sobre atribuições de aulas", tendo sido, de fato, apreendido um revólver calibre 38 e 05 munições íntegras do respectivo calibre em sua residência, razão pela qual se afigura necessária a manutenção da prisão preventiva a bem da ordem pública, nos termos do art. 312 do CPP.*

*Além disso, o crime de incêndio é apenado com **reclusão** de 03 a 06 anos, aumentado de um terço se o delito é cometido em edifício público, estando preenchido o requisito inserto do art. 313, I, do CPP.*

Assim, em princípio, mas sem prejuízo da melhor apreciação da matéria, *Admite-se a prisão preventiva quando as circunstâncias concretas do crime revelarem risco à ordem pública.* (HC n. 118.844, Relator Ministro ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 19/11/2013, publicado em 19/12/2013).

Ademais, a medida antecipatória postulada confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus* pelo Colegiado.

Ante o exposto, **indefiro o pedido liminar.**

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, inclusive o envio das decisões proferidas, além da senha para acesso aos dados

# *Superior Tribunal de Justiça*

processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, ao Ministério Público Federal, para parecer.

Publique-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator

